



REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

SUZANA DE LYRA PEREIRA¹

RESUMO: O presente artigo aborda as principais vivências e desafios profissionais como assistente social no campo da educação, com foco nas percepções acerca das manifestações de violência. Buscou-se apresentar como foi a inserção profissional nesse espaço, quais foram as dificuldades e como a atual gestão da política educacional estadual, tem lidado com problemas produzidos socialmente, e frequentemente, reproduzidos nas escolas. A revisão da literatura e as informações veiculadas nos últimos dois anos pela SEEDUC/RJ, permitiram identificar a pouca importância dada aos profissionais de educação e demais técnicos de apoio especializado, inclusive, quando as ações governamentais se sobrepõem a uma política educacional, que priorize o enfrentamento adequado ao fenômeno da violência.

Palavras-Chave: Educação, violência, trabalho profissional.

ABSTRACT: This article addresses the main professional experiences and challenges as a social worker in the field of education, focusing on perceptions about manifestations of violence. The aim was to present how the professional insertion in this space was, what the difficulties were and how the current management of the state education policy has dealt with socially produced problems, which are frequently reproduced in schools. The review of the literature and the information disseminated in the last two years by SEEDUC/RJ, allowed us to identify the little importance given to education professionals and other specialized support technicians, even when government actions overlap with an educational policy that prioritizes the adequate confrontation of the phenomenon of violence.

Keywords: Education, violence, professional work.

INTRODUÇÃO

O enfrentamento à violência² na educação básica no Brasil apresenta diversos desafios complexos. Entre os principais obstáculos, destacam-se questões estruturais, sociais e culturais que afetam a segurança das instituições de ensino e o bem-estar de alunos e professores. Vale ressaltar que a iniquidade social e as disparidades socioeconômicas se constituem como elementos centrais no crescimento da violência. Em muitas ocasiões, os atos violentos nas escolas são um reflexo das

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Gragoatá, Niterói – Rio de Janeiro – Brasil. Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6290-1759> <link>. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8359017365689541>. E-mail:suzanalp@id.uff.br O presente trabalho conta com autorização expressa para sua publicação.

² De acordo com relatório da OMS (2002), violência deve ser definida como “O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação.



tensões sociais presentes nas comunidades ao redor. Famílias em situação de vulnerabilidade financeira costumam enfrentar pressões que acabam se manifestando no ambiente escolar. São inúmeras crianças e jovens que crescem em contextos violentos, podendo replicar esses comportamentos dentro da escola. A insuficiência de infraestrutura se apresenta como um fator de grande relevância, pois muitas escolas brasileiras, principalmente em áreas rurais e nas periferias, lidam com a carência de uma infraestrutura adequada. Edificações inapropriadas, bem como, sistemas de segurança e iluminação deficientes, facilitam a entrada de pessoas estranhas, criando um ambiente propenso ao medo. A precariedade das instalações compromete também a segurança interna dos estudantes, aumentando o risco de acidentes e tornando-os vulneráveis a comportamentos violentos entre eles.

Outro aspecto de grande relevância na atualidade refere-se aos conflitos entre estudantes, mais conhecido como *bullying*³. Trata-se de uma forma recorrente de violência nas escolas, que pode prejudicar tanto a saúde mental quanto o desempenho pedagógico dos alunos. Ademais, atitudes agressivas e a falta de suporte psicológico adequado agravam as tensões entre colegas. Sabe-se que certas localidades, grupos e organizações criminosas adentram o espaço escolar, fomentando a violência e recrutando jovens para suas atividades ilícitas.

As agressões aos docentes e demais educadores ou colaboradores das instituições de ensino tornou-se uma prática constante, uma vez que, frequentemente sofrem ataques verbais e físicos. A desvalorização da profissão, aliada a remunerações inadequadas e condições de trabalho desfavoráveis, pode intensificar o estresse e diminuir a capacidade de lidar com episódios de violência.

Nota-se que o atendimento psicológico para alunos e professores ainda é bastante limitado. Muitas instituições não dispõem de psicólogos, assistentes sociais ou equipes voltadas à mediação de conflitos. Isso torna mais difícil identificar e tratar questões como agressividade, traumas e dificuldades na convivência. A falta de programas efetivos para a mediação de conflitos também intensifica as reações às situações violentas. Destaca-se, pois, que educadores e gestores escolares frequentemente carecem de uma formação apropriada para lidar com conflitos e episódios de

³ Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a palavra *bullying* é um termo em inglês para descrever um ato de violência física, verbal e/ou psicológica, sendo intencional e repetitiva.



violência dentro das escolas. Isso pode gerar uma sensação de inadequação ao tentar intermediar desavenças ou tratar de questões sensíveis com os alunos com os alunos.

Por fim, cabe salientar o importante papel do Estado no que se refere ao conjunto de políticas públicas necessárias a efetivação do acesso à educação pública como direito. Contudo, é inegável que no cenário atual há uma carência de investimentos contínuos em políticas públicas voltadas à prevenção da violência nas instituições de ensino. Embora existam iniciativas isoladas, elas geralmente são interrompidas ou mal executadas. A colaboração entre diferentes áreas (educação, saúde, segurança pública) ainda é incipiente. Portanto, promover a segurança nas escolas demanda uma abordagem integrada e coordenada, que nem sempre ocorre de maneira eficaz.

DESENVOLVIMENTO

No ano de 2022, partilhei com outras assistentes sociais do Estado, a oportunidade de atuar profissionalmente no âmbito educacional, com inserção no projeto M.A.E. (Mulheres que Apoiam a Educação), vinculado a uma iniciativa chamada Escola Criativa de Oportunidades (ECO), criada pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro -SEEDUC-RJ. O projeto contou com a contratação inicial de 1.500 assistentes sociais, que foram designadas para colégios estaduais de todas as regiões do Rio de Janeiro, onde puderam permanecer até o término dos contratos em dezembro de 2022. Tratava-se de uma atuação inédita dessas profissionais *in loco*, ou seja, no âmbito das escolas públicas do Estado.

O chamamento para compor as equipes de apoio escolar, teve como justificativa a urgência de se trabalhar na busca ativa dos alunos infrequentes, assim como, combater a evasão escolar. Essa situação seria resultado dos impactos pós-covid 19 na área da educação. Também era esperado do profissional de serviço social o desempenho de atividades de apoio às equipes técnicas da SEEDUC e da referida Universidade, bem como, promover a capacitação e treinamento das mulheres, que eram ao mesmo tempo bolsistas do projeto e mães de alunos da própria unidade escolar. Por fim, a expectativa era para que houvesse um aumento da aproximação entre unidade de ensino, famílias e instituições de referência. Com isso, buscava-se atingir melhores níveis de desempenho escolar dos



alunos e maior envolvimento da sociedade na promoção e valorização da educação na rede estadual de ensino.

Destaca-se que, com o fechamento das escolas durante a pandemia, uma parcela significativa de alunos e famílias perderam os vínculos com as instituições de educação, especialmente as públicas. As causas apontadas pela própria comunidade escolar são dificuldades financeiras, adoecimento, perdas familiares, mudança de endereço, inclusão precarizada de adolescentes no mercado de trabalho, lacunas na aprendizagem e atraso escolar. Na educação de jovens e adultos, observou-se que fatores como incompatibilidade entre os horários de trabalho e rotina escolar, mau funcionamento do transporte público, vulnerabilidade social e problemas relacionados à dependência química corroboraram de modo nefasto para o afastamento desses indivíduos dos espaços formais de ensino-aprendizagem.

O primeiro grande desafio posto, consistiu na distribuição das assistentes sociais pela rede pública estadual, uma vez que, na prática a lotação por escolas não ocorreu de modo a atender satisfatoriamente as 1.200 unidades de ensino existentes. Além disso, houve instituições com mais profissionais do que outras. E unidades que sequer foram contempladas.

Outra questão que deve ser abordada, se refere a seleção e lotação das mães “bolsistas” nas escolas, visto que se deu cerca de três meses antes do início do trabalho pelas assistentes sociais. Tal ocorrência levou a observação de certas dificuldades para o alinhamento da atuação conjunta em muitos locais ou mesmo a sua inexistência.

Chama-se atenção ainda, para o lugar das vivências aqui tratadas particularmente, isto é, uma escola de médio porte, localizada na região Sul Fluminense do Estado, em bairro periférico da Cidade. A referida unidade de ensino funcionava nos três turnos, sendo ensino médio no período matutino, ensino fundamental no período vespertino e a educação para jovens e adultos no período noturno. Um aspecto que merece destaque é o esvaziamento das turmas de ensino para jovens e adultos. E quanto a implementação do formato de trabalho inicialmente esperado, observou-se contrariamente, que a escola não contou com mães ligadas ao projeto, apenas com o serviço social do início ao fim. Soma-se a isso, o fato de que havia uma perspectiva para a inclusão de psicólogas em fase posterior, o que também não aconteceu. Isso também colaborou para o enfrentamento de



inúmeros desafios à prática profissional cotidiana e ao alcance bem-sucedido de todos os objetivos contidos no projeto.

Outrossim, a incorporação tardia das supervisões técnicas, incumbidas do papel de apoiar e direcionar qualitativamente as profissionais, se constituiu como um ponto de fragilidade dentro da proposta em questão, pois essas categorias chegaram após o início das atividades das assistentes sociais. Posteriormente, ocorreram sucessivas substituições dessas responsáveis técnicas, corroborando para o declínio do plano de trabalho e falta de devolutivas sobre a sistematização de informações produzidas nas atividades diárias de campo.

Dito isso, cabe ressaltar que, para além das demandas explícitas norteadoras do projeto M.A.E., a dinâmica que se delineava, evidenciava inúmeras questões antes mais implícitas na unidade educacional ou mesmo difíceis de lidar, dada a complexidade dos casos, tais como: situações sugestivas ou confirmadas de maus-tratos, abusos, negligência, abandono, sofrimento psíquico (bullying, depressão, automutilação e ansiedade), insegurança alimentar, risco social, uso abusivo de substâncias psicoativas, comunicação deficiente entre escola e família, envolvimento de alunos e/ou familiares com a criminalidade, instabilidade nos territórios conflagrados e frequentes acionamentos da patrulha policial responsável pela condução dos casos de infração ou delito.

Nessa mesma linha de ação, adotou-se como estratégia inicial o mapeamento da rede de apoio institucional, com o levantamento dos recursos disponíveis no território da unidade de ensino, a participação nas reuniões da rede de proteção à infância e adolescência e a construção de parcerias para o desenvolvimento do trabalho. Todavia, as tensões e contradições existentes dentro e fora dos espaços de atuação profissional, demonstraram a presença de obstáculos, frente à execução e plena concretização de todas as atividades anteriormente citadas.

Outro ponto bastante relevante diz respeito ao número insuficiente de professores, inspetores, equipe pedagógica e de apoio, culminando com uma sobrecarga de trabalho desses indivíduos. Além disso, o aumento dos problemas de relacionamento interpessoal entre alunos e de alunos com professores, geravam rebatimentos na dinâmica escolar. Segundo relato de educadores e comunidade escolar em geral, esse seria um dos principais desafios a serem superados nesse ambiente.



Notadamente, havia uma dificuldade que não era restrita às escolas centrais, periféricas ou interioranas, mas comum a maioria das unidades que receberam as assistentes sociais, qual seja, a falta de locais para a realização dos atendimentos, elaboração de documentos e armazenamento adequado deles. Era recorrente o compartilhamento de salas, computadores e telefones com outros profissionais da educação. Tais aspectos refletem a falta de investimentos suficientes e adequados à política de educação, com práticas recorrentes de governos que não priorizam os recursos humanos e, tão pouco, o aprofundamento das metas para elevar o nível da educação básica no país.

Ainda sobre o ofício, um outro ponto bastante sensível que se evidenciou, corresponde a necessidade de incentivo e defesa do exercício multiprofissional no âmbito educacional. Os principais objetivos seriam o aprimorando, o conhecimento e a colaboração entre as diferentes áreas de formação em prol da melhoria da qualidade de vida dos estudantes nas diversas áreas que os compõem enquanto sujeitos. Isso possibilita intervenções tanto conjuntas, como individuais, primando sempre pelo respeito aos limites de atuação de cada categoria profissional.

Nesse sentido, era notória a concepção divergente relativa as competências profissionais das assistentes sociais segundo o edital, equiparadas as atribuições privativas das profissionais do serviço social conforme o Código de Ética Profissional. Um exemplo disso, consiste na busca ativa e verificação da frequência escolar por meio da visita domiciliar. Diferentes aspectos foram discutidos nesse período, visto que existem questões complexas acerca dessa expectativaposta à época. Importante esclarecer, portanto, que se trata de um dos instrumentos que pode ou não ser utilizado durante a intervenção. Isso irá depender da avaliação, pertinência, condição e indicação à sua realização. Acrescenta-se a isso, outros elementos que inviabilizavam esse tipo de busca ativa, ou seja, a falta de custeio para o transporte, a inexistência de vinculação à instituição com legitimidade para ir até os domicílios e ausência de outros atores da educação impossibilitados para essa atividade conjunta em razão do quantitativo reduzido de funcionários. A estratégia comumente adotada, consistia em referenciar os alunos aos órgãos da saúde e assistência social, a fim de que eles pudessem auxiliar na localização e suporte em rede. Cabe mencionar, pois, que fenômeno da violência presente em partes do território se constituiu e ainda se coloca como um fator de grande relevância para considerar as possíveis formas de acesso à educação de qualidade.



Visando responder com seriedade e consonância ao que está preconizado no respectivo código profissional vigente, assistentes sociais de diferentes regiões acionaram a Comissão de Orientação e Fiscalização do Conselho Regional de Serviço Social da 7^a Região. Foram descritas as situações que se colocavam como obstáculos ao cumprimento dos princípios fundamentais da profissão. Tal iniciativa culminou com a elaboração de um termo de orientações teóricas, técnicas e ético-políticas às assistentes sociais.

Vale ressaltar, que diante das requisições institucionais e da defesa dos princípios profissionais, observa-se a prevalência dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional de 1993, norteando a conduta profissional a partir do seu lugar de atuação, sem deixar de considerar as demandas apresentadas cotidianamente pela população atendida e as condições concretas apresentadas pelas instituições. É imprescindível fazer uma análise crítica sobre as condições objetivas e subjetivas que configuram as dinâmicas com as quais as profissionais se deparam. Nesse sentido, comprehende-se que:

O existir histórico dos homens realiza-se objetivamente nas circunstâncias dadas pelo mundo material (a natureza física) e pelo mundo social (a sociedade e a cultura) como referências externas de sua vida. No entanto, essa condição objetiva de seu existir concreto está intimamente articulada à vivência subjetiva, esfera constituída de diferentes e complexas expressões de seus sentimentos, sensibilidades, consciência, memória, imaginação. Esses processos põe em cena a intervenção subjetiva dos homens no fluxo de suas práticas reais, marcando-as intensamente (Severino, 2006, p. 290).

As experiências relatadas nesse período foram vastas e intensas, assim como, os desafios postos ao exercício profissional, principalmente, numa conjuntura permeada por tensionamentos de ordem político-partidária e econômica, dado o momento de campanhas eleitorais para a manutenção ou substituição do cargo de governador do Estado do Rio de Janeiro. As incertezas quanto a continuidade ou não do projeto eram fortes. Portanto, fato é que, com o encerramento dos contratos, o projeto foi descontinuado. Acrescenta-se ainda, que a falta de *feedback* sobre os materiais gerados a partir das notificações, fichas, planilhas e relatórios enviados às coordenadorias de educação, não permitiram uma análise mais aprofundada, palpável e contributiva no que concerne ao trabalho desenvolvido.



Essa é uma realidade enfrentada por muitas assistentes sociais com vínculos empregatícios precários, independentemente do espaço sócio-ocupacional e da política social na qual estejam inseridas prioritariamente.

Em síntese, vale salientar que todas essas vivências geraram uma motivação clara, no sentido de identificar elementos importantes, que permitiram uma percepção mais ampla e crítica acerca das demandas postas na prática cotidiana. Consequentemente, eclodiram pensamentos e questionamentos, que merecem ser analisados, pois evidenciam a complexidade de elementos inseridos nesse contexto.

Portanto, o retrato que se configurou nesses meses de intervenção e observação profissional, bem como, ao final desse processo, foi fundamental para emergirem as seguintes questões: qual o entendimento que se tem sobre a profissão; o que se espera da categoria profissional e a maneira como se dá a sua incorporação nesses espaços; qual a importância dada para a promoção de espaço físico ideal ao bom desenvolvimento das atividades individuais ou conjuntas; quais são os reais efeitos diretos e indiretos das intervenções do serviço social para a comunidade escolar; saber em que medida as ações profissionais impactam no cotidiano das unidades de ensino, na vida dos alunos e de suas famílias; como o trabalho em rede tem se mostrado ou não eficaz no enfrentamento às múltiplas formas de violência presentes nas escolas; e por último, como o governo estadual se comporta frente às demandas psicosociais reprimidas e crescentes evidenciadas constantemente nas escolas.

Dito isso, vale salientar que não existe a pretensão de responder ou dar conta da diversidade de situações aqui levantadas, pois sabe-se que cada um desses pontos exige um esforço analítico aprofundado sobre dados, informações e possíveis indicadores que não foram disponibilizados pela SEEDUC/RJ. Porém, a proposta colocada, reside no exercício necessário de refletir sobre a referida prática profissional iniciada, suas necessidades, avanços e perspectivas futuras. Sendo assim, do ponto de vista da intervenção profissional, nota-se a urgência de contar com o suporte multiprofissional e interdisciplinar nos espaços públicos de educação, sendo um meio eficaz de identificar e combater continuamente as múltiplas manifestações de violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



As reflexões apresentadas neste trabalho mostram, primeiramente, que o serviço social é uma profissão que tem uma trajetória histórica consolidada de lutas em prol dos direitos sociais. E que, embora existam desafios para a ampliação do exercício profissional no campo da educação, percebe-se que no caso da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro em particular, a presença das assistentes sociais foi uma importante medida, sobretudo, pela expressiva necessidade de mediação sobre os problemas de vulnerabilidade social, baixa frequência escolar e casos sugestivos de violência, agravados pela crise sanitária que atingiu o mundo e afastou os docentes dos espaços formais de educação.

Desse modo, entende-se que a educação pública entrecruzamento das expressões das desigualdades sociais sofridas pela população mais pobre, com os impactos que isso tem sobre o tipo de acesso à educação, revela que a maneira como a sociedade está (des)estruturada e (des)organizada, permitirá o avanço profícuo ou o retrocesso frente aos problemas socioeconômicos e psicossociais, próprios do modelo atual de sociedade, refletidos em todos os espaços, inclusive nas escolas. Além disso, vale salientar, que a maneira como são percebidas e tratadas as necessidades dos diferentes grupos, é determinante para o sucesso ou fracasso das ações.

Assim, dentre os aspectos abordados, a partir da experiência trazida em particular, destaca-se como pontos negativos a saída das assistentes sociais das escolas, somada à falta de transparência sobre o que de fato foi feito com as informações produzidas ao longo do trabalho desenvolvido e, por fim, as medidas adotadas para o enfrentamento dos problemas nesse ambiente.

Cabe ressaltar, portanto, que as escolas do Estado têm incorporado em suas rotinas novos dispositivos tecnológicos de notificação/acionamento propostos pelo governo, como por exemplo, o chamado “Botão do pânico”⁴, além de contarem com a participação crescente de atores ligados a área da segurança pública estadual.

A respeito dos recursos ligados ao uso das patrulhas escolares e a atuação das forças de segurança do estado nas escolas, acredita-se que estas possam ser agregadas de maneira complementar, em situações com melhor formulação e delimitação pela gestão pública educacional.

⁴ Em 30 de março de 2023, segundo notícia publicizada no site G1, entrou em funcionamento um aplicativo denominado ‘Rede Escola’, com a possibilidade de acionamento do chamado “botão do pânico”, cuja finalidade seria a de inibir ou mitigar possíveis ataques no interior das salas de aula. A ideia é permitir que alunos e profissionais da educação tenham acesso rápido e direto a Polícia Militar.



Com efeito, nota-se que onde não há um trabalho intersetorial e multiprofissional bem desenhado, as múltiplas demandas acabam extrapolado os limites político-pedagógicos da instituição de ensino. E o serviço social, bem como, outras profissões dotadas conhecimento técnico-científico, contribuem de forma analítica, preventiva, interventiva e contínua, colocando-se como áreas profícias extremamente potentes e necessárias no interior das escolas. Desse modo, cabe frisar que tais profissões são de suma importância nos estudos, elaboração, implementação e avaliação das políticas sociais.

Nesse sentido, chama-se atenção para a conjuntura de incertezas relacionadas ao trabalho profissional das assistentes sociais, visto que, em janeiro de 2024, a SEEDUC - RJ realizou uma publicação em sua página oficial de comunicação, sobre projeções de investimentos para o referido ano, relacionados ao aumento do quantitativo de educadores, inspetores, assistentes sociais, psicólogos, mediadores, dentre outros. No entanto, medidas pouco ou nada efetivas foram priorizadas e colocadas em andamento, tal como explicitado anteriormente. Sendo assim, partindo da experiência no serviço social, nota-se que a via do concurso público e a presença constante desses profissionais, se apresenta como uma das alternativas ideais de construir um caminho sólido e efetivo, especialmente, contra as manifestações de violência nas escolas.

Logo, a crítica a condução dada pelos gestores da política educacional, não reside na viabilidade de articulação entre setores que partilhem do objetivo de prevenir ações violentas e proteger a integridade dos educandos, mas na urgente necessidade de rever as repetidas e malsucedidas formas de lidar com as manifestações de violência existentes no cotidiano escolar. Trata-se de um espaço que reflete a atual política de governo, em que não são priorizadas propostas de caráter contínuo, e menos ainda, alinhadas com o que está preconizado na Lei 13.935/19⁵, por exemplo. Isso somente reforça o caráter pontual, imediatista e pouco resolutivo das medidas atualmente adotadas na educação estadual.

Nesse sentido, cabe considerar que do ponto de vista da atuação multidisciplinar, os profissionais especializados como assistentes sociais e psicólogos, são essenciais para promover educação cidadã, proteção social, prevenção às violações e maior ampliação do acesso aos direitos

⁵ A lei 13.935/19 em seu Art. 1º diz que “As redes públicas de educação básica contarão com serviços de psicologia e de serviço social para atender às necessidades e prioridades definidas pelas políticas de educação, por meio de equipes multiprofissionais”.



sociais. Enxergar sob essa ótica, significa valorizar a transformação efetiva na vida dos educandos, durante as várias etapas do seu processo de desenvolvimento. Em outras palavras:

A mobilização social, desencadeada pelo assistente social no âmbito das instituições educacionais, é estratégia de organização de espaços de luta, por melhores condições educacionais, constituindo-se também num exercício democrático que pode ser ampliado para a comunidade visando fortalecer seus interesses. Outra forma de contribuir para a democratização da escola é a inclusão do assistente social nas equipes interdisciplinares, efetivando ações de acompanhamento e assessoria aos educadores, elaborando ações conjuntas para resolver um determinado problema e até a participação na construção do projeto político-pedagógico da unidade educacional, em sua totalidade (Martins, 2012, p. 226).

De igual modo, acredita-se, pois, que todas as categorias com formação técnica e especializada, formam o escopo mínimo de especialidades necessárias para a melhoria dos índices de acesso, permanência e rendimento dos alunos nas escolas públicas estaduais. Ademais, não se pode ignorar que existem limites profissionais e humanos para os educadores, principalmente, quando se pensa na quantidade de funções e atribuições que lhes são incumbidas. Logo, a transferência de responsabilidades relativas à condução das situações de maior complexidade, e que não sejam de natureza pedagógica, também aparece como um ponto sensível no terreno das escolas.

Deve-se, portanto, considerar o papel de grande relevância da profissão, especialmente, na sua capacidade política de articulação, transformação e realização das mediações necessárias para uma leitura crítica da realidade, identificando os múltiplos determinantes que a perpassam. Logo:

O campo educacional torna-se para o assistente social hoje não apenas um futuro campo de trabalho, mas sim um componente concreto do seu trabalho em diferentes áreas de atuação que precisa ser desvelado, visto que encerra a possibilidade de uma ampliação teórica, política e instrumental da sua própria atuação profissional e de sua vinculação às lutas sociais que se expressam na esfera da cultura e do trabalho, centrais nessa passagem de milênio (Almeida, 2000, p. 74).

Sendo assim, à medida que haja avanços e maior conhecimento sobre as questões presentes no cotidiano escolar, no campo da política educacional e nos espaços que podem ser ocupados pelo serviço social, será possível vislumbrar novas perspectivas de expansão de sua atuação, sua efetiva inserção na construção das políticas de combate às violências identificadas no ambiente escolar e cumprimento das legislações consonantes ao exercício da profissão.



Desse modo, o que se almeja alcançar na política de educação envolve a valorização dos profissionais, o aumento dos investimentos em infraestrutura escolar, segurança, iluminação adequada, espaços acolhedores e acesso a locais recreativos atrativos. Para isso, é indispensável implementar programas que priorizem o bem-estar da comunidade escolar e a prevenção aos riscos de maneira concreta e eficiente. Significa, portanto, proporcionar suporte psicológico e social aos alunos, por meio da presença de equipes especializadas e focadas na identificação e possível resolução de conflitos. E para agregar positivamente, há que se promover a formação continuada dos profissionais de educação, visando aprimorar as estratégias de enfrentamento à violência escolar com preparação, empatia e eficácia adequadas.

Por fim, a intenção aqui exposta consiste na defesa de políticas públicas que considerem indicadores ligados à qualidade do ambiente escolar e perspectivas de desenvolvimento integral dos sujeitos inseridos nesses espaços, bem como, seus múltiplos aspectos. Logo, o debate em defesa da Lei 13.935/2019 se apresenta como maneira de fortalecer o trabalho interdisciplinar e intersetorial, rumo à garantia de direitos sociais, contribuindo essencialmente para a construção de uma educação de fato acessível, humanizada, transformadora e alinhada às necessidades da sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N. L. T. Educação Pública e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000, nº. 63, p. 62 - 75.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Consulta em 06 de mar. de 2024.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília: CFESS, 2013.
- CFESS. Diálogos do cotidiano – **Assistente Social**: reflexões sobre o trabalho profissional. Caderno 4. CEFESS-DF, 2023.
- Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.



Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Consulta em 27 de fev. de 2024.

CRESS/ 7ª Região. Conselho Regional de Serviço Social – RJ. **Orientação às/-aos assistentes sociais que atuam no projeto MAE no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wpcontent/uploads/2022/07/documentodeorientacaoaosasdoprojetomae.pdf> Consulta em 27 de fev. de 2024.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 121, p. 7-31, jan./mar. 2015.

G1 Rio. Sobre aplicativo com “botão de pânico” para evitar ataques em escolas do Rio de Janeiro. Em 30 de março de 2023. **G1 Rio**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/03/30/castro-detalha-acoes-contra-situacoes-de-violencia-nas-escolas-do-rj.ghtml> Consulta em 26 de fev. de 2024.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 17ª. edição. São Paulo: Cortez, 2009.

MARTINS, EBC. **Educação e serviço social:** elo para a construção da cidadania [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2012. Consulta em 28 de fevereiro de 2024.

OMS. **Relatório Mundial da Saúde, 2002.** Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>

SEEDUC RJ. Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. **Sobre o programa Papo de Responsa na rede estadual de ensino.** Em 20 de fevereiro de 2024. Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/not%C3%ADcias#h.143sjcvoq9nf>. Consulta em 28 de fev. de 2024.

_____ . Em 30 de janeiro de 2024. **Sobre a implementação de equipes especializadas nas escolas do estado do Rio de Janeiro.** Disponível em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/not%C3%ADcias#h.o5uehg9xtmdf>. Consulta em 28 de fevereiro de 2024.

SEVERINO, A.J. Fundamentos ético-políticos da educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J.C.F., and NEVES, L.M.W., org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006, pp. 289-320. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/j5cv4 epub/lima-9788575416129.epub> Consulta em 28 de fev. de 2024.

UNICEF BRASIL. **Bullying e violência escolar.** Suas consequências e como combater. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/blog/bullying-e-violencia-escolar> Consulta em 21 de out. 2024